

Mesmo em um cenário de crise, o interesse de investidores locais e estrangeiros – seja por meio de companhias tradicionais da área de saúde ou via fundos de investimento – pelo setor de hospitais continua bem aquecido no Brasil. A expectativa é que o segmento movimente cerca de R\$ 5 bilhões em Fusões & Aquisições em 2017 e 2018.

Marcos Hiran Silva, sócio da Cypress, assessoria financeira focada nesse tipo de operação e em captações de recursos, explica que esses movimentos na saúde são similares aos que ocorrem em outros setores. As condições que os favorecem, na maioria das vezes, estão relacionadas a um ou mais dos seguintes fatores:

- Mercados com alto crescimento, pois proporcionam melhor perspectiva de retorno para os investidores;
- Alta pulverização do mercado, que possibilita consolidação e captura de ganhos de escala;
- Setores com ineficiências operacionais ou pouco profissionalizados, que geram oportunidade de melhorias de margens e obtenção de maiores retornos;
- Mercados que passaram ou vão passar desregulamentação, pois são oportunidades não exploradas anteriormente por impedimentos regulatórios.

“A equação é simples: o investidor aporta capital em um negócio visando principalmente trazer mais eficiência e buscar crescimento rápido, através de aquisições de empresas similares ou complementares. A partir daí, cria-se um círculo virtuoso, companhias maiores e mais eficientes geram mais recursos e podem então investir mais no seu crescimento, além de remunerar melhor seus acionistas”, explica.

Vale lembrar que até janeiro de 2015 era proibido a estrangeiros investir direta ou indiretamente em participação societária de prestadores de serviços no setor de saúde no Brasil, com exceção para planos de saúde e laboratórios de diagnóstico, por possuírem legislações específicas. De acordo com Silva, esta regra afetava a maioria dos fundos de private equity e investidores institucionais – que em geral possuem algum capital estrangeiro na sua composição – e também impedia que as empresas da área abrissem o seu capital. Financiamentos por dívida eram permitidos, porém pouco frequentes.

“Esta proibição reduziu significativamente o interesse de potenciais investidores e também limitou a liquidez dos ativos para aqueles que decidiam investir. Além disso, contribuiu para que o mercado local, historicamente, tenha sido extremamente fragmentado e, em geral, com baixo nível de profissionalização”, conta o sócio da Cypress.

Nos últimos anos, alguns investidores perceberam o potencial do segmento e a possibilidade real de uma mudança na legislação, dando início a algumas iniciativas de investimento. Neste processo recém-iniciado, alguns grupos se destacaram, como: Rede D’Or e Amil (através de seu fundador, Edson Bueno); e COI, Oncoclínicas e Oncologia D’Or, todos na consolidação de hospitais; além de UnitedHealth (via Amil) e Bain Capital (via Grupo Notre Dame Intermédica), na consolidação de planos de saúde.

Para Silva, a queda da restrição ao capital estrangeiro, aliada à melhoria das perspectivas econômicas no país, deve seguir estimulando o movimento de consolidação dos prestadores de serviços de saúde, bem como outros segmentos em seu entorno, motivados principalmente pelo aumento de interessados em entrar no mercado e por fundos de private equity, que agora podem esperar maior liquidez para seus investimentos.

A atratividade do segmento se explica também pelo seu crescimento, em função do envelhecimento da população associado ao crescente acesso das pessoas aos serviços de saúde, bem como o surgimento de novos tratamentos.

“O que vimos até agora é apenas o começo, dado o potencial do mercado. Apenas como exemplo, há cerca de 6.000 hospitais no Brasil, dos quais cerca de 2.000 são privados com fins lucrativos. Entre estes, estima-se que 95% ainda sejam independentes, ou seja, não fazem parte de nenhum grande grupo ou rede. E ainda devemos ter também muita movimentação em setores auxiliares, por exemplo: terceirização de UTIs, hospitais de retaguarda, investimentos imobiliários voltados para clínicas e hospitais, sistemas de gestão etc.”, expõe Silva.

De acordo com Michael Hajjar e Pedro Sauer, diretores da Progresso Capital Partners, especializada em processos de Fusões & Aquisições e captação de recursos, o sistema de saúde público não consegue prover serviços de saúde satisfatórios aos cidadãos. Esta deficiência tem sido preenchida pelo setor privado, com a oferta de planos de saúde suplementar, hospitais e clínicas particulares.

**Fonte:** [Portal Hospitais Brasil](#), em 03.07.2017.